

EXPERIÊNCIA PILOTO DE REDUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Janete Teixeira Duarte¹

Adriana Sant'Ana da Silva²

EIXO TEMÁTICO: Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Resumo

No Brasil, a maior parte dos resíduos sólidos vai para os lixões, causando impactos sociais e ambientais. O objetivo deste trabalho foi a implantação de um sistema de redução dos resíduos sólidos gerados no INCQS através da construção de uma política de gestão sócio-econômico, educacionais e ambiental contribuindo no desenvolvimento da missão institucional. Para tal, foi utilizado, como metodologia de trabalho, os parâmetros da cadeia produtiva: Recuperação; Revalorização e a Reciclagem propriamente dita, além da adaptação do conceito da logística reversa.

Palavras Chave: Resíduos sólidos; Gerenciamento; Reciclagem

INTRODUÇÃO

A Organização mundial da Saúde (PNUD, 1998) define lixo como “qualquer coisa que seu proprietário não quer mais, em um dado lugar e em um certo momento, e que não possui valor comercial”. De acordo com essa definição, podemos concluir que os resíduos sólidos, separado na sua origem, ou seja, nas residências, empresas, etc. e destinado à reciclagem, não pode ser considerado lixo, e sim, matéria prima ou insumo para a indústria ou outros processos de produção, com valor comercial estabelecido pelo mercado de recicláveis.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), os representantes dos 170 países presentes, consolidaram o conceito de desenvolvimento sustentável, como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global. Este conceito se fundamenta na utilização racional dos recursos naturais, de maneira que possam estar disponíveis para as futuras gerações, garantindo também a construção de uma sociedade justa, do ponto de vista econômico,

¹Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)/Fiocruz;
janete.duarte@incqs.fiocruz.br

²Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)/Fiocruz;
adriana.santana@incqs.fiocruz.br

social e ambiental. O compromisso assumido pelos governos, nessa ocasião, compôs a Agenda 21, cuja implementação pressupunha a tomada de consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político que cada cidadão desempenha na sua comunidade, exigindo a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro. (NOVAES, 2000).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é norteadada pelos princípios básicos da minimização da geração, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos, seguindo esta ordem de prioridade.

Na gestão dos resíduos sólidos, a sustentabilidade ambiental e social se constrói a partir de modelos e sistemas integrados, que possibilitem tanto a redução do lixo gerado pela população, como a reutilização de materiais descartados e a reciclagem dos materiais que possam servir de matéria prima para a indústria, diminuindo o desperdício e gerando renda.

Há várias formas de tratamento de resíduos sólidos, embora no Brasil, a maior parte vai para os lixões. A quantidade e a qualidade de lixo crescem a cada ano forçando à abertura de aterros causando impactos sociais e ambientais.

A administração de resíduos sólidos envolve ricos aspectos que passam pela opção de forma de tratamento e disposição do lixo, com suas devidas consequências e pelas oportunidades econômicas derivadas do reaproveitamento. Para compreender a reciclagem é importante “reciclar” o conceito de lixo, deixando de enxergá-lo como uma coisa suja e inútil em totalidade. O primeiro passo é perceber que lixo é fonte de riqueza e que para ser reciclado deve ser separado por tipo.

O acúmulo de lixo é um fenômeno exclusivo das sociedades humanas. Em um sistema natural não há lixo: o que não serve mais para um ser vivo é absorvido por outros de maneira contínua. No entanto, nosso modo de vida produz, diariamente, uma quantidade e variedade de lixo muito grande, ocasionando a poluição do solo, das águas e do ar com resíduos tóxicos, além de propiciar a proliferação de vetores de doenças. (HESS, 2002).

As grandes empresas e o governo têm suas responsabilidades ambientais, principalmente tem que ter a preocupação em cuidar do meio ambiente para frear e reverter à degradação da natureza e melhorar a qualidade de vida.

METODOLOGIA

Mediante ao aumento na quantidade de resíduos sólidos para descartes provindo dos ensaios analíticos e, consciente de sua responsabilidade, em novembro de 2003 o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) adotou uma nova filosofia de gestão, aproveitando as embalagens dos produtos analisados e utilizados no curso dos trabalhos analíticos, passando pelo fundamento básico do conceito dos 3 R(s) – reduzir, reutilizar e reciclar -, moldando a logística reversa se antecipando a lei de resíduos sólidos, acreditando que a grande solução para os resíduos é aquela que prevê a máxima redução da quantidade na fonte geradora. Quando os resíduos não podem ser evitados, deverão ser reciclados por reutilização ou recuperação, de tal modo que seja o mínimo possível o que tenha como destino final os aterros sanitários

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa experiência piloto trouxe ao INCQS não apenas a integração dos aspectos econômico, educacionais, sociais e ambientais, mas também, reciclando materiais, reciclamos valores. Constatamos a importância do gerenciamento dos resíduos sólidos no INCQS em prol de objetivos como a preservação dos recursos naturais, a diminuição dos custos no descarte destes materiais, a educação ambiental e o desenvolvimento local e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa nova filosofia de gestão contribuiu não só para o conhecimento, propiciou, um modelo que pode ser aplicado na redução dos resíduos gerados em instituições públicas de saúde.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7500-2000**: Símbolos de riscos e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004-2004**: Resíduos sólidos – classificação – classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública para que possam ser gerenciados adequadamente. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10007-2004**: Amostragem de resíduos sólidos – fixa os requisitos exigíveis para amostragem de resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Nacional. Resolução RDC nº 33, de 25 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mar. 2003. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**: bases para discussão. Brasília, 2000.

BROLLO, M. J.; SILVA, M. M. Política e gestão ambiental em resíduos sólidos. Revisão e análise sobre a atual situação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 21., 2001, João Pessoa. **Anais...** João

Pessoa: ABES, 2001. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/brasil21/vi-078.pdf>. Acesso em 13 jul. 2009.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A FASE, 2003.

HESS, S. **Educação ambiental: nós no mundo**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002. 192 p.

INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE. **Relatório de atividades 1994**. Rio de Janeiro, 1995.

Manual de Biossegurança – Fiocruz

PNUD. (Educação Ambiental na Escola e na Comunidade. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ONU, 1998.